

O ESTADO PARADOXAL DA LEITURA OU OS DISCURSOS SOBRE A LEITURA NO BRASIL¹

Marildes Marinho²

Resumo: Neste trabalho, apresentam-se quatro pressupostos que caracterizam um modo corrente de representação da leitura em sociedade. Para tanto, utilizam-se dois referenciais convergentes: o da antropologia e o da análise do discurso. Pelo olhar da antropologia, esses pressupostos seriam chamados de etnocêntricos, baseados nas concepções e vieses daquele que os enuncia. Para a análise do discurso, entre outras denominações, seriam nomeados como discursos hegemônicos e ideológicos. No quadro dessa problematização, interessava perguntar em que extensão as cenas e conteúdos de representação do que e como as pessoas lêem estão estampadas e visíveis nos múltiplos discursos sobre a leitura. Interessava particularmente examinar o que dizem os jornalistas, os professores, os pesquisadores, os governantes sobre a leitura.

Abstract: In this paper, four assumptions that characterize a current trend of representation of reading in society are presented. Two convergent theoretical references are used: the Anthropology and the Discourse Analysis. In the anthropological view, such assumptions would be called ethnocentric, based on the views of the speaker. For the Discourse Analysis, they would be defined as hegemonic and ideological discourses, among other denominations. In this context, it was meant to ask or observe to what extent the scenes and contents of representation of what and how people read were present in the discourses about reading. It was meant specially to examine what journalists, teachers, researchers and governors say about reading.

-
1. Trabalho apresentado no 1º Seminário sobre Alfabetização e letramento, no 12º Congresso de Leitura do Brasil, realizado em Campinas, SP, entre 20 e 23 de julho de 1999.
 2. Professora do CEALE/UFMG.

*Eu Valdirene queria que me informace ou melhor manda-ce-me um formulário relatando o ponto de vista e a utilidade de cada um desses 14 nomes citados no 11º. Congresso de Literatura do Brasil que eu encontrei no jornal. Sei que já está fora de tempo por só ter validade até 07/07/97 mas por aventura encontrei o jornal quando desembulhei uma mercadoria eu li e me enterecei então resolvi tentar me remeter com vocês.
Muito obrigada pela atenção. (...)
desculpe por escrever tão mal, é por falta de tempo, por entra as 6:30 manhã e sair as 6:30 tarde depois 10 para 7 entrar na escola e sair 11:15 não sobra tempo nem para escrever com calma e dedicação.
Que Deus ilumine todos
E a mim também
Obrigada*

Valdirene Santana dos Santos

ESTE é um fragmento de uma carta enviada a ALB, e utilizada no editorial da revista **Leitura: teoria & prática** n. 31. Nesse editorial, encontramos uma boa polêmica que sugere a distância entre, de um lado, os modos de ler e os objetos escritos contemporâneos e, de outro, as análises feitas por uma certa história da leitura e/ou da literatura. O flagrante dessa carta são as circunstâncias não-ortodoxas ou pouco descoratinadas por essa história: uma leitora diante de um pedaço de jornal utilizado como papel de embrulho. Certamente, naquele momento, Valdirene não estava confortavelmente assentada em uma cadeira de leitura, cercada por estantes de livros, ou recostada em um macio sofá de uma sala de estar, nem trazia nas mãos um romance ou um tratado teórico. Também não estava estritamente ocupada ou tomada pela leitura; leu enquanto realizava outra tarefa cotidiana, desembulhar uma mercadoria. Podemos ainda supor que Valdirene interrompeu sua leitura, retomando-a depois, quem sabe, no momento de escritura da carta.

Mais do que um documento isolado, essa carta recupera, de forma exemplar, numerosas situações coletivas sobre as práticas de leituras, a exemplo das que observei durante uma pesquisa de cotidiano que fiz numa favela em Belo Horizonte: o açougueiro que, ao rasgar o jornal para embrulhar a carne, se deparava com uma manchete extraordinária e o substituíva por outro, na expectativa de ler toda a notícia num momento oportuno; a adolescente que, no banheiro, lia os rolinhos de cabelo enrolados em jornal, as crianças que recortavam jornais, nas suas “brincadeiras de escolinha” e assim por diante.

Essas leituras fragmentadas e de fragmentos, de pedaços de textos, de suportes de escrita, podem nos levar (como me levou, num primeiro momento) a classificá-las como descontextualizadas, atrasadas, portanto, sem sentido, principalmente no caso do jornal, que tem que ser o pãozinho quente saído do forno para ser comido fresquinho. No entanto, essa leitora, a Valdirene – cujos traços de escrita não a incluiria num universo de letrados – além de reconhecer o caráter temporal desse tipo de texto jornalístico reagiu de forma pragmaticamente habilidosa, escrevendo uma carta a quem poderia ajudar-lhe a superar as conseqüências da sua leitura “fora de tempo”, a ALB. Por onde passaria então o conceito de contexto de leitura? Mesmo o leitor que lê o jornal inteiro (sem rasgá-lo) pode fazer ou faz leituras fragmentárias, intermediadas por outras tarefas e em espaços de tempo diferenciados, cujos sentidos, embora muitas vezes invisíveis a um observador, estão sendo constituídos. São incontáveis as leituras

nas salas de espera, nos intervalos do trabalho, os recortes que selecionamos para situações especiais, etc. Como inúmeras outras tarefas cotidianas, a leitura é também fragmentada e fragmentária, ainda que leiamos o texto de uma só vez. O contexto não é um conjunto de variáveis estáticas, mas é construído pelas condições de leitura, além do que os sentidos não ocorrem necessariamente no momento da leitura.

No quadro dessa problematização, interessa perguntar ou observar o quanto essas cenas e conteúdos a que me referi estão estampadas e visíveis nos múltiplos discursos sobre a leitura. O que vêem e o que dizem os jornalistas, os professores, os pesquisadores, os governantes sobre a leitura?

Gostaria de apresentar quatro pressupostos que caracterizam um modo corrente, conhecido e aprendido por todos nós, de representação da leitura. Penso que nesse meu trançado textual, utilizo fios de dois campos convergentes, o da antropologia e o da análise do discurso. Pelo olhar do antropólogo, digamos que esses pressupostos seriam chamados de etnocêntricos, centrados nas concepções e vieses daquele que os enuncia. Para a análise do discurso, entre outras denominações, seriam nomeados como discursos hegemônicos e, se não estivesse, lamentavelmente, fora de moda, os chamaríamos de ideológicos.

O primeiro pressuposto é o de que *Os brasileiros não lêem, não têm interesse pela leitura*. Em março de 1998, o Brasil foi o convidado especial do XVIII Salão do Livro, em Paris, onde vários editores expuseram sua produção e escritores, críticos, pesquisadores puderam participar de debates, conferências, estendendo ainda o debate na imprensa francesa.

Nessa ocasião, o jornal **Le Monde** publicou um caderno especial de 12 páginas, sobre a leitura e o mercado editorial brasileiro. Uma das reportagens me chamou a atenção para efeito do que pretendo discutir aqui, a começar pelo seu título o estado paradoxal da leitura. A frase que abre o texto “Não se lê muito no Brasil” é o grande astro dessa constelação discursiva autocentrada, às vezes preconceituosa sobre a leitura e sobre o Brasil. Para sustentar essa afirmação, o jornalista ajunta alguns argumentos:

- a) Os editores vendem dois livros por habitante, ao ano, “muito menos que na Europa”;
- b) Em enquetes, a maioria diz não ter lido nenhum livro nos últimos 12 meses;
- c) O país, como se sabe, é pobre e a fortuna não sorri a qualquer um. As massas miseráveis procuram sobreviver antes de se distrair com a leitura;
- d) Os índices de analfabetismo da população adulta, em torno de 17%, mascaram, sem dúvida, um analfabetismo ainda muito importante;
- e) A televisão ocupa o tempo das pessoas e as novelas não apresentam nenhuma personagem lendo, comprando ou mencionando um livro;
- f) A juventude favorecida prefere navegar na internet.

Na seqüência da matéria, o jornalista aponta três situações, para ele paradoxais, nesse quadro de miséria social e letrada. Esses e outros paradoxos, não apontados pelo jornal, deixam emergir discursos e representações reprimidas, negadas, lembrando-nos sempre que uma lógica da ordem do discurso é que ele se inscreve num espaço de competição, de luta por uma estabilização do sentido. Parafraseando Maingueneau

(1979), enunciar é sempre se situar em relação a outros discursos, seja através da paráfrase, do deslocamento ou da negação, etc.

Nesse caso do **Le Monde**, podemos dizer que o seu discurso instala uma polêmica sobre o estado da leitura no Brasil, a partir do olhar europeu, um olhar sobre si mesmo enquanto país “desenvolvido”, “letrado” e sobre o outro – o Brasil – um país “subdesenvolvido”, “analfabeto”, “iletrado”. Um discurso polêmico não só pela desconfiança dessa leitora que aqui reescreve sua leitura, mas também pelos próprios enunciados do discurso desse jornalista, com felicidade classificados por ele mesmo como paradoxais. O que é o paradoxo senão aquilo que foge à doxa, ao senso comum? É nesses paradoxos que se instala o discurso polêmico, a outra voz, esta que aqui coloco em evidência.

Para o primeiro argumento estatístico, sobre a quantidade de livros vendidos, o jornal se encarrega de dizer que “*Esse país onde tão pouco se lê*, possui uma indústria editorial em franco crescimento, apesar de suas *lamentações tradicionais*”, ajuntando ainda alguns dados: o Brasil é o oitavo mercado editorial do mundo, em 1996 foram produzidos 400 milhões de livros, com mais de 40 mil títulos, incluindo aí os _ de livros didáticos; o Brasil é o 9º importador de livros franceses; considerando-se os países não-francofones; a soma de títulos franceses traduzidos no Brasil é muito maior do que todo o resto da América Latina.

Saindo do **Le Monde** para a revista **Veja** (abril e maio/98): O **Xangô de Backer Street**, de Jô Soares vendeu 4 milhões de exemplares, o **Mistério do Cinco Estrelas**, de Marcos Rey, 1,1 milhão. Uma pesquisa de uma aluna da UNICAMP anuncia que, em 1996, foram lançados 35 títulos da série **Sabrina, Bianca, Júlia, Momentos Íntimos** (Monzón, apud Abreu, 1999). A Marlise Meyer (apud Abreu, 1999) divulga a cifra de mais de 200 mil exemplares nas tiragens de folhetos de cordel nordestino.³ É óbvio que esses dados, assim como qualquer outro dado estatístico merecem uma análise qualitativa mais detalhada, que considere os leitores e as condições de leitura, incluindo outros elementos, como por exemplo, o índice de 15% de adultos brasileiros analfabetos, entre os quais 28,7% são nordestinos, conforme dados do IBGE. Em síntese, quero ressaltar que o número pode não significar nada, em qualquer um dos discursos antitéticos sobre a leitura, ou melhor, pode ser uma mera estratégia de encorpamento do discurso e de velamento de questões substanciais.

O segundo pressuposto, também cúmplice dessas considerações anteriores, é o de que *leitura e pobreza não combinam ou, em outros termos, a leitura é sempre a leitura de livros e pressupõe a posse dos mesmos*. Em todos os argumentos apresentados pelo jornal, até mesmo quando se falou das representações nas novelas e das respostas dos entrevistados às enquetes, a referência foi sempre ao livro. Não entram nesse universo os jornais, revistas, gibis, panfletos, etc. Também, nem de longe se supõe que esses dois livros vendidos, por pessoa (pelo menos no Brasil) podem esconder uma contagem significativa de leitores. A cultura da troca, do empréstimo e da doação de livros no cotidiano das pessoas é um dado que as estatísticas baseadas em enquetes provavelmente jamais conseguirão quantificar.

3. O boletim **Em dia: leitura & crítica**, da ALB, de julho/99, apresenta algumas cifras interessantes sobre o mercado editorial brasileiro.

No discurso acadêmico também se pode ver uma análise polêmica e por vezes polissêmica sobre a leitura. Lendo um artigo síntese de uma pesquisa sobre o perfil do leitor-professor, pude constatar uma tensão argumentativa entre o que se afirma como ideal de leitor e o que se confirma, numa pesquisa empírica, como leitor real (Rolla, 1997). Uma das conclusões mais gerais dessa pesquisa é a de que o professor, *que deveria ter uma intimidade com os livros, a ponto de torná-los parte integrante do seu ambiente familiar, faz isso parcialmente e de forma insatisfatória na atualidade: ele não é o proprietário de livros, conseqüentemente a biblioteca particular inexistente ou é precaríssima, constituída principalmente de livros didáticos*. Digamos que este enunciado reflete uma situação com a qual estaríamos, parcialmente, de acordo, dado que as conseqüências ou os efeitos de sentido dele decorrentes, ou seja, a ausência de livros no ambiente familiar, a precariedade da biblioteca particular como definidora da condição desse leitor não parece óbvia. O próprio artigo apresenta argumentos interessantes, que sinalizam a mudança nos modos e nos objetos de leitura do nosso tempo, irreduzíveis a uma concepção de leitura que engessa o leitor solitário em um espaço-tempo e em estratégias lineares de leitura. A constituição do professor-leitor, particularmente pelas suas condições de contato com um universo de textos e de espaços sociais variados de circulação do texto escrito, ultrapassa os limites da família, como se pode observar nessa pesquisa citada, quando se visualiza o espaço profissional (de formação e de trabalho) como um lugar privilegiado de leituras. A questão que ainda nos parece obscura – mais do que a interrogação *o professor é ou não leitor?* – e que vem progressivamente se tornando objeto de investigação, refere-se aos modos de ler ou às disposições desse leitor em relação à leitura e à escrita, nas suas diversas práticas do ler.

Instigante também, quando se discute o campo de pesquisas qualitativas, de observação do cotidiano da leitura, é a constatação de que não existe o dado, o fato que funciona como argumento racional capaz de fazer frente a visões de mundo ou a ideologias enviesadas, inadequadas, ilusórias, etc. podendo-se, pela apresentação de argumentos racionais ou comprovações empíricas, chegar a um denominador comum ou a uma visão mais clara do real. Uma mesma situação pode ser interpretada de forma distinta, por pesquisadores distintos ou pelo mesmo pesquisador em um contexto discursivo distinto. Apenas para ilustrar, recorro à pesquisa já referida sobre os usos da escrita no cotidiano de um favela, onde observei uma pluralidade de circunstâncias do empréstimo e da doação de livros, revistas e impressos. Manter alguns livros em casa significava muitas vezes ter uma moeda de troca nas relações interpessoais, pois muitos deles, segundo os usuários, dificilmente seriam relidos, mas poderiam ser doados ou emprestados. Outros livros emprestados eram utilizados como fonte de pesquisa escolar ou para engrossar os cadernos de dizeres “preciosos”, para autoconhecimento ou o acervo para a produção de mensagens pessoais de aniversário, casamento, etc. Essa mesma prática do empréstimo tem, em outro contexto de pesquisa, outra interpretação:

O livro de empréstimo está disponível por pouco tempo e a sua leitura exige rapidez e impede o retorno ao seu conteúdo.(...) o fato de colecionar livros não faz obrigatoriamente um leitor, mas o inverso quase sempre é verdadeiro: o leitor geralmente possui livros. (...) o livro emprestado nunca é igual ao que se possui, pois este guarda as marcas pessoais de seu dono: o preenchimento dos vazios de uma obra muitas vezes sai do terreno da imaginação e vai ao ato concreto de fazer anotações à margem do texto. (Rolla, op. cit.,49)

As formas de sociabilidade do livro impõem, criam e recriam estratégias de processamento do texto, demarcadas pelas particularidades das práticas culturais. Ainda não temos pesquisas significativas que explorem o processamento cognitivo da leitura relacionado com essas práticas. Nesse sentido, seria instigante analisar as atividades de leitura em bibliotecas, para fins diversos; o que o leitor faz, quando lê, em situações de leitura comprometida ou não com alguma tarefa institucional e quais constrangimentos (se existirem) o empréstimo condiciona, buscando-se explicitar os sentidos e os efeitos de determinadas relações com o livro e com o impresso em geral.

Se consideramos a leitura como um processo discursivo envolvendo leitores em um contexto sócio-histórico, com objetivos e conhecimentos particulares e em situações comunicativas particulares, lendo suportes e/ou textos específicos, etc., provavelmente qualquer generalização sobre leitores e leituras que não explicitem essas condições discursivas de enquadramento teórico-metodológico, envolvendo não só os leitores pesquisados mas a própria situação de interlocução da pesquisa, corre o risco de servir apenas como uma arquitetura retórica para validar um conjunto de crenças ou pré-conhecimentos. Como proposto por Chartier (1993), é preciso rever a relação, já bastante explorada no campo da sociologia, entre estratificação social e produção cultural. Simplificadamente essa sociologia da cultura faz uma caracterização automática dos grupos sociais segundo a distribuição e produção de bens culturais ou, inversamente, classifica os produtos culturais segundo a lógica de organização social. Rever criticamente essa sociologia tem significado, em trabalhos mais recentes, considerar as diferentes formas de apropriação, de consumo, de um mesmo produto cultural, nesse caso o impresso, por grupos sociais distintos.

As bibliotecas de grupos ditos populares, por exemplo, tendem a se constituir por uma lógica diferente daquela dos grupos ditos de elite econômica e intelectual, principalmente quanto aos espaços onde os livros, os impressos, são guardados. Nesse ponto, podemos, pelo menos, desconfiar de uma comparação entre Brasil e Europa, sem nenhuma mediação que resguarde as diferenças socioculturais. Quando o mesmo **Le Monde**, em outra matéria, diz que os franceses lêem, ele toma, sobretudo, como referência, a quantidade de bibliotecas e o número de leitores das mesmas. Quando, na minha pesquisa na periferia, procurei as bibliotecas de estantes, em escritórios ou em algum espaço visível, levei muito tempo para descobrir que estavam escondidas sob outras formas, em espaços denominados *os guardados*: caixotes, caixas de papelão, debaixo dos colchões. Ainda assim, esses arquivos não representavam todo o acervo de leituras possível naquele contexto social. Ali, a reapropriação de uma escrita não produzida por eles, se dava preferencialmente, por um caminho da memória oral de construção de uma biblioteca itinerante de livros emprestados, doados, esquecidos (também na memória). As raras bibliotecas de estantes serviam muito mais como signos da possibilidade de pertencimento a uma cultura letrada legítima⁴ e mostravam que, às vezes, mais importante do que ler esses livros é tê-los como símbolo de uma identidade social e religiosa.

4. Esse termo legítimo tem um sentido particular definido por Bourdieu (1998) como um acordo tácito que naturaliza os modelos, os comportamentos culturais, através do encobrimento das condições econômicas e sociais que definem o que é legítimo, bom, adequado e, conseqüentemente, as suas antíteses.

Dessa forma, outras abordagens de pesquisa estão emergindo para reconstituir esses arquivos diferentes que podem documentar a história da leitura. Essa é uma das formas de recusa do critério da presença ou da ausência do objeto escrito, num lugar fixo, evitando-se também o risco de um olhar do pesquisador bibliotecário, que busca, exclusivamente, nas estantes e nas fichas de leitores as memórias de leitura e o grau de letramento de uma sociedade, de um grupo social. Esses outros modos de ler e de conviver com a escrita nos permitem também não esquecer que muitos leitores estão estrategicamente escondidos enquanto outros têm, natural ou tacitamente, vitrines sociais que os expõem sem muito esforço, como os intelectuais e herdeiros.

O terceiro pressuposto diz que, *da mesma forma como existe o bem falar, o bem escrever, existe o bem ler ou a boa leitura*. A boa leitura começaria na escolha do suporte textual – o livro –, que deve ser uma posse do leitor. É por isso que, paradoxalmente, para muita gente (talvez bons jornalistas e leitores de **Le Monde**) ainda vai levar muito tempo para que o navegar na internet seja o conceito mais contemporâneo e viajante de leitura.

Cabe aqui terceiro e último paradoxo do **Le Monde**, qualificado como *o mais sutil e o mais portador de esperança: Nesse país dominado pela imagem, abatido pela pobreza e pela urgência, ainda que o livro esteja fora do alcance da maioria, o povo venera sem conhecer os autores de ficção e poesia*. O que nos interessa nesse enunciado é o que nele é negado: o lugar atribuído à imagem, à televisão, numa sociedade que ainda não se vê letrada. Imagem (que domina) e pobreza (que abate) encobrem uma outra concepção estruturada pela relação imagem/pobreza/leitura. Como já dito, ler, hoje, não é apenas ou necessariamente um ato solitário de um leitor diante do livro fazendo a sua leitura. Afinal, um bom repertório das nossas leituras é mediado pelas leituras de outros, as quais nos são repassadas oralmente. Consideremos particularmente a leitura escolástica, canônica, que os alunos recebem de seus professores, através das aulas, das conferências, dos comentários face-a-face, ou mesmo através da escrita. Como um ex-aluno do curso de Letras poderia distinguir que parte do pensamento de Saussure, ele leu no **Curso de Lingüística Geral** e que parte ouviu nos comentários de especialistas, dos professores?

As práticas de leitura são, em todos os segmentos sociais, mediadas pela oralidade, por interações públicas, coletivas. Quem poderá dizer, conhecendo um pouco das práticas de leitura da poesia na escola, que Olavo Bilac, Castro Alves não são conhecidos por um contingente significativo de determinada geração que não leu esses autores em algum impresso, mas decorou muitos dos seus poemas? O que se pode discutir, com certeza, são as condições dessa leitura e as diversas formas de inserção do sujeito numa sociedade dita letrada, mas também sabendo-se do risco de uma análise a partir de critérios e conceitos subjetivos ou arraigados de leitura/literatura. Assim, os meios de comunicação são também mediadores de leituras. O próprio **Le Monde** nos dá essa pista:

As emissões literárias, as entrevistas de escritores são bastante freqüentes tanto na TV como no rádio. Os cotidianos publicam suplementos sobre essa temática, eles não deixam em nada a desejar em relação ao que se lê na Europa e nos Estados Unidos, e pelo menos um desses jornais tem uma tiragem de mais de um milhão de exemplares.

O quarto e último pressuposto é que aquilo que dizem os leitores é a verdade sobre a leitura. Os depoimentos de leitores podem levar a *generalizações sobre os melhores ingredientes para uma boa leitura*: concentração, vagarosidade, profundidade; que podem ser exteriorizados ao observador para a construção de um perfil ideal de leitor. Vejamos um depoimento de um professor que delineia seu próprio perfil:

Como eu disse, as coisas vão sempre devagar... agora mesmo, acabei de ler *um livro bem simples*, eu tive que cobrar dos alunos, então ontem mesmo, acabei de ler *um livrinho* em duas horas; uma *leitura muito rápida*... muitas vezes a gente não lê bem o livro, como deveria ler, por falta de tempo.

Se atentarmos apenas para o conteúdo de superfície desse enunciado, poderíamos inferir que a prática de leitura desse leitor é precária, descontínua, que os livros que lê são simples, de baixa qualidade, segundo suas próprias palavras. Mas o que seria um livro simples e uma leitura simples? O que é que esse professor não diz quando diz que a sua leitura é simples e que ele não lê bem como deveria ler? Por outro lado, se abandonamos a análise do conteúdo, privilegiando o discurso, iremos perseguir a lógica e a ordem dos discursos numa sociedade, do jogo que se estabelece numa entrevista, numa interação verbal, recuperando a imagem do pesquisador (letrado), do professor em relação ao pesquisador, do referente (da leitura legítima, adequada, entendida como a melhor), naquela situação e nos discursos que circulam sobre a leitura e sobre leitores. Contra esse tipo de equívoco da análise de conteúdo, apelo para a lucidez de Bourdieu:

a mais elementar interrogação da interrogação sociológica ensina que as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras em razão daquilo que chamo de efeito de legitimidade: desde que se pergunta a alguém o que ele lê, ele entende: que é que eu leio que merece ser declarado?

Depois disso, vale a pena reler, com outro olhar o que dizem os leitores:

Eu acho que não sou propriamente um leitor... na *extensão da palavra*, porque eu acho que um leitor tem de ter... um jornal diariamente, contato com uma revista mensal, além de livros... e o jornal e a revista eu raramente pego, atualizados. As revistas, eu pego na biblioteca e os jornais, esporadicamente, às vezes compro, às vezes vou na casa de um parente, pego um jornal, já pego, já leio. Um *leitor propriamente dito* acho que não sou. Leio livros que as editoras me mandam pra fazer propaganda pra eles e como vira e mexe também é bem pra fase de adolescente, primeiro grau, segundo grau, então eu acabo lendo pra poder fazer a propaganda pra eles depois. *Literatura infanto-juvenil*, eu leio muito mesmo, que as editoras me mandam os livros e eu acabo lendo... Eu não tenho assinaturas de revistas, a minha vizinha me empresta.

Em pequenas enquetes com professores, nenhum deles, num primeiro momento, declara ter lido ou comprado livros de culinária, jardinagem, religiosos, esotéricos, dicionários, revistas femininas, masculinas etc. As leituras e os textos “desqualificados” ficam escondidos. Também eles só se lembram das leituras silenciosas, que ocupam um espaço grande e contínuo de tempo.

Quando um professor (ou qualquer outro cidadão) diz que não é um bom leitor, que sua leitura é de má qualidade, ou quando diz que é um leitor inveterado, não estaria ele reproduzindo uma representação do que seja a leitura apropriada, legítima,

historicamente registrada e ratificada por teóricos, políticos e instituições? Estamos sempre à procura do leitor compulsivo, denso, profissional, proficiente, diletante e, sobretudo, possuidor de livros legítimos, densos, instrutivos, literários.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Editorial de revista **Leitura: teoria & prática**. Porto Alegre / Campinas, n. 31, jun. 98.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- MAINGUENEAU, D. **Les livres d'école de la republique – 1870-1914 (discours & idéologie)**. Paris: Le Sycomore, 1979.
- ROLLA, A. R. A leitura e espaço do prazer. **Leitura: teoria & prática**, Porto Alegre / Campinas, n. 30, dez. 1997.
- CHARTIER. **Pratiques de la lecture**. Paris: Éditions Payot et Rivages, 1993.

